

**CAMINHANDO PELO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES-MT: PERCEPÇÕES  
DE UM DEVANEIO URBANO**

*WALKING THROUGH THE HISTORIC CENTER OF CÁCERES-MT: PERCEPTIONS OF AN  
URBAN REVERIE*

**Willian Jonas Mininel**

Mestre, UNIVAG, Brasil  
mininelwj@gmail.com

**Antonio Busnardo Filho**

Professor Doutor, UNIVAG, Brasil  
antonio.busnardo@univag.edu.br

**Antonio Soukef Júnior**

Professor Doutor, UFPEL, Brasil  
antonio.soukef@ufpel.edu.br

## RESUMO

A cidade de Cáceres está localizada na mesorregião Centro Sul mato-grossense, Microrregião do Alto Pantanal. Tem uma importância histórica tanto para o estado de Mato Grosso quanto para o Brasil, pois seu início de urbanização data de 1778, tornando-se peça-chave na colonização do extremo Oeste brasileiro e da capitânia de Mato Grosso e Cuiabá. O presente trabalho busca analisar algumas obras encontradas no centro histórico da atual cidade de Cáceres. A caminhada não teve um roteiro preciso, teve apenas a curiosidade como guia. Durante esse trajeto algumas fotos foram registradas e a partir disso foi comparada a situação atual das casas tombadas com o que é descrito na Carta de Veneza, na Declaração de Amsterdã e na Carta de Washington. Ao fazer esta comparação, percebe-se que as casas tombadas na cidade não seguem os princípios que norteiam os documentos. Faz-se necessário um estudo mais aprofundado para compreender a relação que o município mantém com o centro histórico e quais as medidas de preservação e incentivos educacionais que deveriam ser elencados fim de reverter o abandono e o descaso com o patrimônio local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Histórico, Cartas Patrimoniais, Cáceres-MT

## ABSTRACT

*The city of Cáceres is located in the Centro Sul mesoregion of Mato Grosso, Microregion of Alto Pantanal. It has historical importance both for the state of Mato Grosso and for Brazil, as its urbanization dates back to 1778, becoming a key player in the colonization of the extreme west of Brazil and the flagship of Mato Grosso and Cuiabá. The present work seeks to analyze some works found in the historic center of the current city of Cáceres. The walk did not have a precise itinerary, it was just curiosity as a guide. During this journey, some photos were taken and, from there, the current situation of the listed houses was compared with what is described in the Venice Charter, the Amsterdam Declaration and the Washington Charter. When making this comparison, it is clear that the listed houses in the city do not follow the principles that guide the documents. A more in-depth study is needed to understand the relationship that the municipality maintains with the historic center and what preservation measures and educational incentives should be listed in order to reverse the abandonment and neglect of the local heritage.*

**KEYWORDS:** Historical Heritage, Heritage Letters, Cáceres-MT

## 1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE CÁCERES-MT

Inicialmente conhecida como Vila Maria do Paraguai, a cidade de Cáceres foi fundada como uma simples freguesia no ano de 1778 pelo 4º governador e capitão geral da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Situava-se além das demarcações estabelecidas pelo Tratado de Madri em 1750 e cinco léguas de distância do marco do Jauru. Uma das razões desta escolha foi a de melhorar as relações entre a Vila Capital Vila Bela da Santíssima Trindade e a Vila Real Cuiabá, servindo de apoio aos viajantes e com a importante função de expandir o território luso (MORAES, 2003, p. 34). João Carlos Vicente Ferreira (2001) destaca outros importantes fatores pretendidos por Luiz de Albuquerque ao desenvolver Vila Maria do Paraguai:

[...] Administrador ilustre, formalmente dizia instalar em Vila Maria um registro para controle das passagens pelo Rio Paraguai, em 1772. Mas o que pretendia era mais do que isso: queria fortificar um ponto estratégico do Rio Paraguai para a defesa do reino. Nas aparências alegava a necessidade de cobrar os quintos da Coroa e evitar o contrabando do ouro catado em Cuiabá e em Vila Bela da Santíssima Trindade. Mais tarde construiu o posto militar de Vila Maria do Paraguai (FERREIRA, 2001, p. 405-406).

Embora recebesse a denominação de vila não possuía em sua constituição os elementos necessários para tal fim, pois não tinha Pelourinho, Câmara Municipal, Cadeia e nem a presença de oficiais; havia apenas uma pequena área urbanizada com traçado organizado em tabuleiro de xadrez e uma igreja em homenagem a São Luiz de França, voltada ao poente, não muito longe do Rio Paraguai (CHAVES, 2011, p. 11). Em 30 de maio de 1874 foi elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de São Luiz de Cáceres (FERREIRA, 1954, p. 406).

A formação inicial da cidade teve como personagem principal Luiz Albuquerque, que assim como vila Maria fundou outras freguesias, arraiais e fortes com a intenção de proteger os territórios e o ouro que dali era retirado. Embora as construções existentes e tombadas em Cáceres não remontem a este momento histórico, acredita-se ser importante conhecer a origem deste núcleo urbano, pois é necessário compreender o passado e as raízes que sustentam a cidade atual, de modo a entender, prever ou mesmo indicar as diretrizes e o rumo que ela irá tomar. Sobre este aspecto Mumford (2008) ressalta que:

Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas. Sem uma longa carreira de saída pela história, não teremos a velocidade necessária, em nosso próprio consciente, para empreender um salto suficientemente ousado em direção ao futuro, pois grande parte dos nossos atuais planos, sem exceção de muito daqueles que se orgulham de ser “avançados” ou “progressistas”, constituem pouco engraçadas caricaturas mecânicas das formas urbanas e regionais que ora se acham potencialmente ao nosso alcance (MUNFORD, 2008 p. 1).

Muitas transformações ocorreram ao longo da história de Cáceres desde quando era conhecido como Vila Maria do Paraguai até o presente. Sua importância histórica não se restringe aos seus munícipes, mas faz parte do processo de formação do Brasil colonial, da formação do atual estado do Mato Grosso e ainda da criação de outros municípios que, paulatinamente, dele se emanciparam.

No presente trabalho busca-se analisar a conservação de algumas obras do centro histórico da cidade tendo como parâmetro a carta patrimonial de Veneza (1964), a Declaração de Amsterdã (1975) e a Carta de Washington (1986). Para delimitação do trajeto, não foi escolhida uma área específica. O ponto de partida foi a praça central de Cáceres, denominada Rio Branco e, a partir dela, percorreu-se um trajeto determinado pela curiosidade e pelo desejo de observação de um conjunto remanescente de grande interesse histórico.

Mas, para prosseguir com a análise que se deseja, é preciso, antes, pensar um método; caso contrário o devaneio se torna uma atitude vazia e ineficaz de observação do fato analisado. Recorre-se, portanto a G. BACHELARD (1988), para justificar o devaneio como um método de análise. Uma análise que pretende entender um fato, conseqüentemente sua manifestação no tempo e no espaço, e como se apresenta à consciência, é, por si, um método fenomenológico; no entanto, aqui, pretende-se dar um salto da fenomenologia para o devaneio.

BACHELARD (idem) fala da exigência que o método fenomenológico impõe ao se colocar “em evidência toda a consciência que se acha na origem da menor variação da imagem” (1988, 4), as alterações da imagem levam a uma “ingenuidade primordial”, lembrando que a “fenomenologia não é uma descrição empírica dos fenômenos. Descrever empiricamente seria uma subserviência ao objeto...” (Idem, ibidem). Com isso, BACHELARD busca a *intencionalidade poética*, que encontra seu lugar na imaginação poética, colocando o paradoxo que existe entre devaneio e fenomenologia. Se o devaneio é uma fuga do real, uma distensão da consciência que pode se obscurecer, pela falta de memória, BACHELARD aponta o caminho para uma inclinação positiva do devaneio, que é o devaneio poético, em que “todos os sentidos despertam e se harmonizam” (1988, p. 6), tornando-se um devaneio inspirador.

O devaneio com a sua qualidade onírica absorve a fenomenologia, numa unidade de observação e de criação da imagem poética, tirando o observador do seu egocentrismo. Assim, da fenomenologia para o devaneio o que se procura entender e desvendar é a alma do observador, e a intensidade com que o fato observado pode, na sua dissolução do real imediato para uma reconsideração de uma ambiência de um real acontecido, causar na dimensão onírica do observador, transformando esse evento urbano em uma inflexão no desenvolvimento da cidade.

Com essa proposta de método, deve-se ter em consideração que, em um primeiro momento, a presença do objeto observado é determinante, por causar um certo impacto ao observador; e após, o devaneio toma conta da observação tirando o observador do lugar da razão para um estado ampliado de consciência, de onde será feita a análise do objeto, em “solidão sonhadora” (BACHELARD, 1988), enraizada na alma do sonhador, buscando as imagens que pertencem à alma daquele que sonha,

(...) o devaneio, no seu estado mais simples, mais puro, pertence à *anima*. Certamente, toda esquematização corre o risco de mutilar a realidade; mas ajuda a fixar perspectivas. Digamos, pois, que para nós, de um modo geral, o sonho noturno pertence ao *animus* e o devaneio à *anima*. O devaneio sem drama, sem acontecimento, sem história nos dá o verdadeiro repouso, o repouso do feminino. (BACHELARD, 1988, p. 20).

É na dimensão da *anima* que serão pensadas as observações desta *flânerie* pelo centro de Cáceres, oscilando entre momento de um sonho (em *animus*), diante daquilo que poderia ser e do devaneio em *anima*), daquilo que penetra na alma do observador, sem qualquer ansiedade ou desejo do que se poderia ser. *Animus* e *anima* dão a característica andrógina da imagem que guia este passeio por Cáceres, que busca mais o arquétipo de uma organização socioespacial, do que a sua forma.

## 2 DIRETRIZES PATRIMONIAIS

O primeiro documento que elencava em seu contexto a preocupação com o Patrimônio Histórico foi a Carta de Atenas de 1931. A partir dela, outras cartas e declarações foram divulgadas, fruto da evolução do conceito que as questões patrimoniais tiveram ao longo do século XX.

A Carta de Veneza (1964), até hoje uma das principais referências para os restauradores, chama a atenção explicitamente para o cuidado que se deve ter com o patrimônio histórico. Em suas primeiras linhas assim define as obras patrimoniais:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade (Carta de Veneza, 1964, p. 1).

Percebe-se que a preservação de um patrimônio transmite a essência da história contida em cada construção, evocando as memórias e as tradições presentes no cotidiano das várias gerações; cabendo às seguintes a consciência de preservar de maneira ética todo o legado recebido. Sobre conservação, a Carta de Veneza declara que os monumentos tombados precisam de manutenção constante para que sua integridade seja mantida, de modo que estes tenham uma função útil no presente, isto é, possam estar integrados na cidade contemporânea sem, contudo, perder as características que os tornaram testemunhos representativos de outras fases ou momentos de uma sociedade.

No tópico sobre restauração o documento define este termo como uma “operação de caráter excepcional” (1964, p.2), cujo principal objetivo é resgatar os valores históricos e estéticos do monumento respeitando seu material original e autêntico. Ao restaurar deve-se seguir com fidelidade a obra original sem nenhuma alteração, somente no caso em que as técnicas de restauro não sejam suficientes, pode-se utilizar técnicas modernas, desde que atestadas cientificamente. Em caso de preenchimento de partes faltantes, estes devem ficar em harmonia com o todo para não falsificar os documentos existentes. Só poderá ser adicionado algo à obra se “respeitarem todas as partes integrantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição, e suas relações com o meio ambiente” (1964, p.3).

O documento elucidava ainda sobre os sítios monumentais e escavações e concluiu falando sobre a importância de documentar e publicar todo o processo de restauro, conservação e escavação de modo a legar ao futuro informações precisas sobre os trabalhos efetuados.

Em 1975, a Declaração de Amsterdã surgiu como resultado do Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu. Seu texto faz um apelo a toda a sociedade europeia para que conserve seus respectivos patrimônios culturais, pois sua importância transcende as fronteiras de uma nação e ganha abrangência mundial. O patrimônio cultural europeu não se fixa apenas em obras arquitetônicas ou sítios monumentais, mas busca a preservação de bairros, cidades, aldeias e conjuntos históricos.

Embora as diretrizes digam respeito somente à Europa, o seu conteúdo é uma profunda reflexão sobre a importância do patrimônio histórico e cultural de qualquer nação; faz refletir sobre os maiores perigos que sofrem e que estão relacionados com “negligência e deterioração, demolição deliberada, construções novas em desarmonia e circulação excessiva” (1975, pp. 1-2).

Como resposta para a proteção dos bens materiais, a Declaração evidencia a força que a política local e voz dos moradores possuem, ao possibilitar um policiamento que impeça a degradação tanto natural quanto externa. O texto ressalta a importância da educação cultural afirmando que “(...) o patrimônio arquitetônico não sobreviverá, a não ser que seja apreciado pelo público e especialmente pelas novas gerações. Os programas de educação em todos os níveis devem, portanto, se preocupar mais intensamente com essa matéria” (1975, p. 2). Reforça ainda a questão da reutilização dos espaços, a importância do desenvolvimento de relatórios sobre as condições em que se encontram e principalmente a necessidade de se ter recursos financeiros para que as obras possam ser objetos de manutenções sempre que necessário.

A Declaração de Amsterdã põe em prática e esclarece como deve ser realizado o processo para preservação do patrimônio europeu. Nota-se, ao lê-la na íntegra, o detalhamento de pontos que já tinham sido enunciados na Carta de Veneza ampliando a sua abrangência, ao mostrar a necessidade de desenvolver, conjuntamente ao planejamento urbano, uma ação que não exclua a proteção dos bairros, vilas e demais centros históricos além da necessidade de se prover verbas específicas para a sua manutenção, bem como a importância da educação patrimonial na formação de uma consciência sobre o tema.

A Carta de Washington de 1986, conhecida como “Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas” também complementava a Carta de Veneza de 1964, ao definir os critérios e os instrumentos de ação necessários para a preservação das cidades históricas:

Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial:

- a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária;
- as relações entre os edifícios, espaços verdes e espaços livres;
- a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
- as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem;
- as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história;
- qualquer ataque a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica (Carta de Washington, 1986, p. 2).

A Carta finaliza o tópico Princípios e Objetivos, falando da importância da participação da população no processo de “salvaguarda” da cidade histórica, afirmando que somente com a conscientização da população de que os bens fazem parte da história de vida de uma

comunidade é que esta herança poderá ser preservada. Também ressalta o cuidado que deve haver ao se realizar o trabalho de intervenção em um centro ou bairro histórico

No tópico Métodos e Instrumentos, a Carta diz que antes de qualquer intervenção é necessário obterem-se dados analíticos arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos. Deve-se ter como base as ações necessárias nos campos jurídicos, administrativo e financeiro. Deve-se também determinar quais edifícios ou grupos de edifícios serão protegidos, conservados em certas condições e aqueles que podem ou devem ser demolidos, ressaltando que todas as ações devem ser especificamente documentadas. Toda a rede de infraestrutura urbana moderna deve se adaptar às edificações e não o contrário. O documento ressalta ainda a importância de a educação patrimonial ser iniciada ainda na pré-escola.

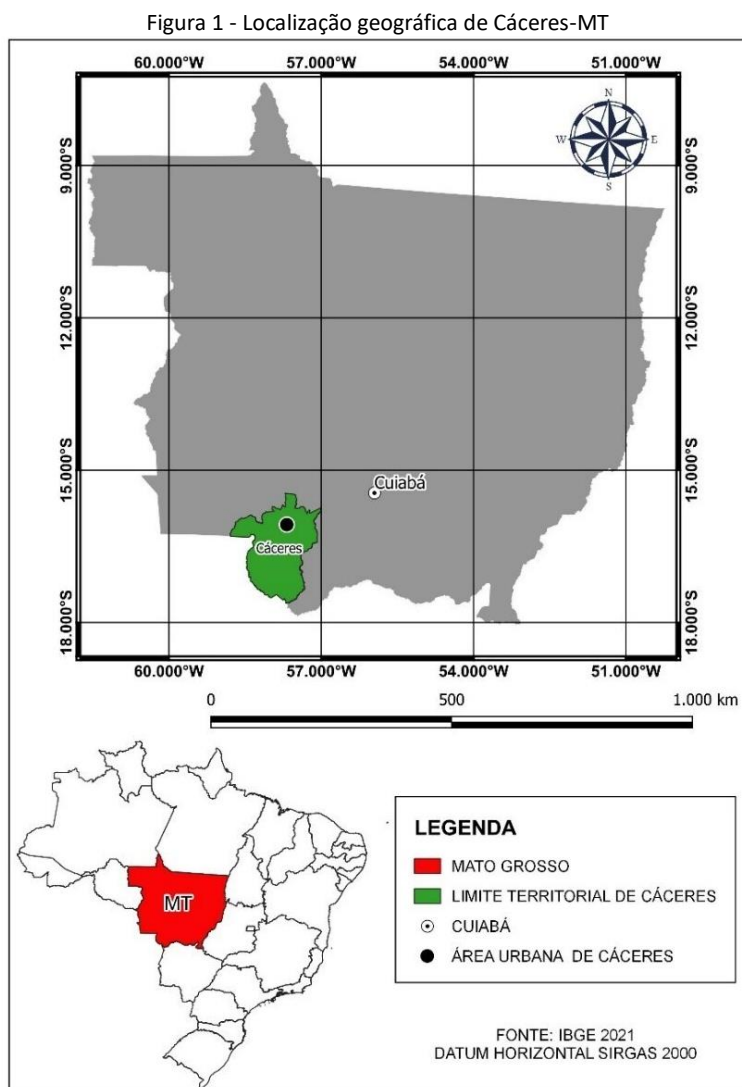
A análise dessas cartas mostra a sequência evolutiva dos documentos referentes ao tema, ao ampliar o entendimento das questões patrimoniais, reflexo do aumento da consciência das sociedades sobre a importância da preservação e a sua responsabilidade ética em garantir a transmissão desse legado às gerações futuras da melhor forma possível.

Percebe-se que há a repetição de alguns termos nas cartas, como história, tradição, estética, educação cultural, todos inserindo em sua abrangência o indivíduo ou o grupo sociocultural como responsável pela manutenção e preservação dos bens patrimoniais, que já não são de uma única nação, mas são bens culturais do mundo. A história da humanidade sempre se entrelaça e sempre se relaciona com povos e culturas diferentes, para a construção de imaginários, base da formação do ser humano, na sua dimensão arquetípica, de tal forma que os acontecimentos em um determinado local, reverbera em todos os outros, por exemplo, as estátuas de buda, mais altas do mundo, no vale de Bamiyan, destruídas – para sempre - pelo taliban. Houve uma reverberação e uma indignação mundial. O que se perdeu foi a cultura, a educação e empobreceu o imaginário dos afegãos. A alma do povo afegão adoeceu.

A preservação dos patrimônios culturais, arquitetônicos, urbanos, artísticos, permite o devaneio poético. É diante desses objetos que o indivíduo se abre para experiências que transcendem a concepção mais comum de cultura, como artefato produzido pelo homem. Há um sentido transcendente de cultura, que busca a imagem arquetípica dos objetos pela evocação do imaginário, das dimensões culturais e sensíveis pelo desvelamento do *Décor Mythique* (DURAND, 1990), ou seja, a paisagem que forma o cenário onde os fatos acontecem, permitindo as múltiplas mensagens a posteriori que emanam do objeto artístico. Pode-se estender esse conceito para os objetos (edifícios) históricos tombados (enquanto componentes de uma paisagem, ou princípio organizador de um período histórico), considerando essa paisagem cultural como a base estética dos acontecimentos. Neste momento, *anima* e *animus* se encontram; “dois substantivos para uma única alma” (BCHELARD, 1988, p. 58), expressando a realidade do “psiquismo humano” (idem, ibidem), e abrindo possibilidades ao devaneio. Assim é, que considerando o patrimônio histórico como uma ancoragem da cultura e da memória, como visto nos excertos das Carta Patrimoniais, que ultrapassam barreiras física e limites geográficos e culturais, transformando-se em interesse mundial – por mais regional que seja -, integrando uma realidade transcendente (indo até ao inconsciente coletivo), é que se pode dizer que com essa postura, toda pesquisa sobre o *décor mythique* dos objetos será a procura da *anima mundi*. Todo objeto restaurado revela a alma do mundo, tornando-se parte da cultura da humanidade; uma reverberação de saberes e fazeres.

### 3 CAMINHANDO PELO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES – UM DEVANEIO.

A cidade de Cáceres está localizada no estado de Mato Grosso a 209,70Km da capital Cuiabá. Localiza-se na mesorregião Centro Sul mato-grossense, Microrregião do Alto Pantanal. Possui extensão territorial de 24.593,123Km<sup>2</sup> e uma população estimada de 94.861,00 pessoas, gerando uma densidade demográfica de 3,61pessoas/Km<sup>2</sup> (FERREIRA, 2001, p. 407; IBGE, 2020).



Fonte: AUTOR, 2021.

Cáceres possui uma grande área tombada que inclui casas datadas do final do século XIX e início do século XX que se localizam no centro da cidade, e que serão tomadas como objeto de estudo, sem a preocupação de se ter um roteiro pré-estabelecido, tendo apenas um olhar atento às construções que chamaram nossa atenção e que se enquadravam nos parâmetros elencados nos documentos acima descritos. Esclarecendo o procedimento, as obras suscitarão o que há de um possível evento arquitetônico (HUSKINSON, 2021, p. 51), ou seja, o quanto esses

“edifícios são profundamente evocativos e, portanto, interpretados de forma mais apropriada como *símbolos* da identidade humana”, o quanto esses edifícios incitam o inconsciente do observador, no desvelamento de possíveis arquétipos, que permitam a criação de símbolos. Por mais que o edifício seja um fato histórico, ocorrido/construído séculos antes, a sua ressonância permanece atual, na reconstituição de uma ambiência que já não é da atualidade, mas que compõe o cenário histórico do desenvolvimento da cidade.

A caminhada teve início na Praça Barão do Rio Branco onde está localizada a Igreja Matriz de São Luiz de Cáceres. Neste ponto da cidade três elementos chamam a atenção, o primeiro é o rio Paraguai, bem em frente à praça, pode-se chegar na beira do rio por uma escadaria que dava acesso ao antigo porto, onde hoje ficam aportadas as chalanas; o segundo elemento é o Marco do Jauru, que delimitou as terras de domínio português depois da assinatura do Tratado de Madri, em 1750; o terceiro elemento é a igreja matriz de características neogóticas (figura 3 e 4).

Figura 2 - Marco do Jauru



Fonte: AUTOR, 2023

Ao analisar o marco, nota-se com tristeza pichações em sua face, demonstrando não somente a falta de respeito, mas faz-se refletir sobre a necessidade de fortalecer a importância de um patrimônio histórico para a sociedade. Ainda que exista uma grade em seu entorno ela é pequena não impedindo novos ataques como esse.

Figura 3 - Igreja matriz de São Luiz de Cáceres



Fonte: AUTOR, 2023

Figura 4 - Interior da igreja de São Luiz de Cáceres



Legenda: a) vista do lado direito do átrio, escadaria para a torre do sino; b) vista do lado esquerdo do átrio; c) lado direito do transepto; d) vista da nave central com ênfase no altar; e) vista da nave central com ênfase para a entrada principal.

Fonte: AUTOR, 2023.

A igreja matriz existente hoje não é a mesma que foi erigida logo após a fundação de Vila Maria do Paraguai, a igreja que existia foi demolida, sendo construído este projeto no ano de 1919 e inaugurada em 25 de agosto de 1965. Seu projeto foi desenvolvido pelo arquiteto Leòn Joséph Louis Mousnier sobre os cuidados do bispo diocesano D. Frei Luiz Marie Galibert, porém poucos dias após o início da construção da igreja o arquiteto vem a falecer. Sendo assim o frei João Luis Bourdoux toma a direção da obra. No ano de 1928 o projeto é alterado, devido a sua complexidade arquitetônica, sua envergadura é diminuída e a construção seria continuada até a

entrada do transepto. Em 1949 a obra sofre um desabamento e a partir disto o arquiteto Benedito Calixto de Jesus Neto é contratado para dar soluções técnicas ao projeto ainda em andamento (MATOS, 2012). O arquiteto Benedito não foi o único a ser contratado para finalizar este serviço, obra também contava com o engenheiro Arnould M. Williums, um carpinteiro, um pedreiro e um voluntário francês (KISH, 2020).

O entorno da praça é rodeado por algumas casas do período colonial que apresentam grandes modificações estruturais (figura 5); em muitos casos, tendo a fachada completamente modificada; alguns mantêm originais os vãos das portas e janelas, porém com esquadrias substituídas por modelos atuais, como podem ser vistas nas fotos abaixo.

Figura 5 - Construções no entorno da praça.



Fonte: AUTOR, 2023.

Ao sair da praça Barão do Rio Branco, o percurso segue pela rua lateral direita, denominada rua João Pessoa seguindo até a praça Major João Carlos; durante todo o trajeto nota-se uma grande mistura de estilos arquitetônicos que vão de casas e lojas reformadas com estilo colonial até obras mais modernas. Muitas abrigam hoje atividades comerciais.

Figura 6 - Casas existentes na rua João Pessoa



Fonte: AUTOR, 2023.

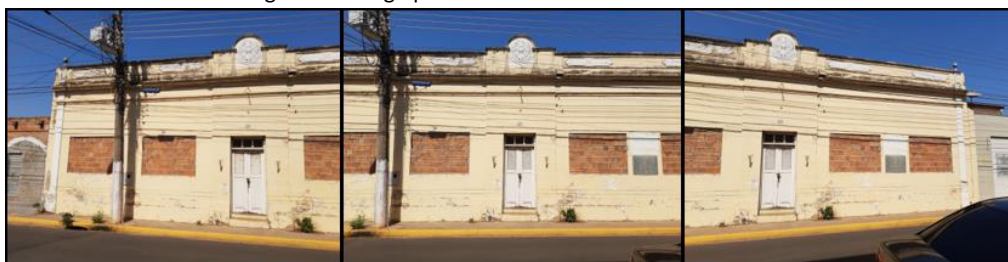
Chegando na praça Major João Carlos o trajeto continua na rua Antônio Maria até a avenida General Osório. Neste trajeto o cenário é semelhante ao anterior, os estilos arquitetônicos se misturam (figura 7), chamando a atenção ao antigo prédio do museu histórico de Cáceres, que se encontra abandonado (figura 8).

Figura 7 - Construções existentes na rua Antônio Maria



Fonte: AUTOR, 2023.

Figura 8 - Antigo prédio do museu histórico de Cáceres



Fonte: AUTOR, 2023.

Chegando na avenida General Osório, ao observar para o lado esquerdo da avenida, duas importantes construções chamam a atenção: a Biblioteca Municipal de Cáceres (antiga sede da

Prefeitura Municipal de Cáceres) que foi reformada em 2022 e a Câmara Municipal de Cáceres datada de 1893. Ao lado da Câmara existe uma construção que se encontra abandonada, no entanto nota-se um certo cuidado com ela, pelo menos com a pintura.

Figura 9 - Antes e depois da reforma da Biblioteca Municipal de Cáceres



Fonte: AUTOR, 2023.

Figura 10 - Câmara Municipal de Cáceres



Fonte: AUTOR, 2023.

O trajeto continuou pela rua Coronel José Dulce até a rua Coronel Faria. Nesta rua encontra-se uma construção muito interessante possuindo em sua arquitetura uma escultura batizada como “Anjo da Ventura” (figura 11), trazida em 1890 por José Dulce para compor a fachada do antigo comércio “José Dulce & Vilanova” que posteriormente em 1942 se tronaria uma agência bancária (MONTECCHI; MONTECCHI, 2011, p. 152). Durante a caminhada notou-se o mesmo cenário anterior, casas antigas misturadas com casas novas, algumas reformadas outras não (figura 12).

Figura 12 - Construção do antigo comércio “José Dulce & Vilanova”



Fonte: AUTOR, 2023.

Figura 13 - Construções existentes na rua Coronel José Duarte



Fonte: AUTOR, 2023.

O trajeto finaliza na rua Coronel Faria chegando na praça Barão do Rio Branco ponto de Início da caminhada. A descrição do trajeto tomado aleatoriamente, faz do olhar a sua primeira tomada histórica, reconhecendo o estado das edificações, mas aponta um devaneio poético ao apontar os três elementos que remetem à constituição da ambiência da cidade no período colonial, o porto, a igreja e o marco divisório das do tratado de Madri, de 1750. Ao se caminhar por esta área da cidade, caminha-se num intervalo de tempo, que transcende o real; pertence ao real, mas não é o real atual. A percepção do caminhante procura uma relação com os fatos acontecido anteriormente, para uma melhor compreensão da estrutura urbana e da relação espaço e sociedade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte de caminhar vai muito além de um simples exercício físico, pois pode-se ir de encontro aos “vazios urbanos”, áreas e locais que não são percebidos pela maioria das pessoas, observando-se a beleza esquecida que se encontra dentro de uma cidade em eterna mutação (CARERI, 2014). Neste contexto, o olhar perambula pelas ruas em busca da vida que ainda se mantém dentro das edificações antigas que teimam em preservar a história da cidade.

Caminhar pelo centro histórico de Cáceres é simplesmente um mister de arrebatamento e de pequenas pontadas de dor no peito, dor causada por ver obras arquitetônicas abandonadas que se deterioram de forma indelével por conta do descaso e do desconhecimento de sua importância, dor por pressentir o desaparecimento completo de uma camada da cidade por negligência e descaso. Dor que denuncia a morte de parte da cidade, de parte da história, de parte da memória e da vida dos que ali viveram; conseqüentemente, todos os que vieram depois têm a sua alma mutilada.

Nas ruas tudo se mistura, o novo, o antigo, o abandonado; as cores vivas, dão uma segunda vida a edificações que ainda resistem ao descaso.

Ao andar pelas ruas, muitas questões são levantadas acerca da preservação e dos cuidados que as obras deveriam receber. Ao analisar aquilo que é recomendado pelas Cartas

Patrimoniais, percebe-se que no centro de Cáceres, poucas recomendações foram seguidas, o que demonstra o descompasso entre a teoria e a realidade. As ruas e as calçadas continuam com as medidas originais, mas as alterações nas edificações foram muitas.

Naturalmente, é necessário um estudo mais aprofundado a fim de se compreender aquilo que foi considerado quando do tombamento do centro histórico de Cáceres, quais foram suas diretrizes e princípios e como estes são ou deveriam ser seguidos.

Faz-se necessário analisar quais as medidas educacionais que o governo municipal pretende inserir na educação escolar (se é que pretende) e quais meios poderiam ser utilizados para incentivar a população a ter mais interesse pela história desta parte da cidade. Quais as orientações que poderiam ser dadas aos proprietários, para que eles se sentissem estimulados a proceder a correta manutenção de seus imóveis? Enfim, esta caminhada permitiu perceber não só os problemas que ocorrem com as edificações de valor histórico e cultural, mas a irresponsabilidade do poder público ao não se preocupar com a preservação da história Cáceres.

A cidade não existe apenas no presente; suas bases estão no passado. Sua cultura é formada a partir de sua fundação. O presente é muito frágil para a constituição de uma memória histórica. A força do presente é o passado. Daí a irresponsabilidade daqueles que zelam o presente sem atentar para a importância o dever ético para com as gerações futuras.

As Cartas Patrimoniais serviram de baliza para esta reflexão ao mostrar as responsabilidades morais e éticas que todos devem ter com relação ao patrimônio cultural.

## 5 REFERÊNCIAS

Declaração de Amsterdã. **IPHAN**. 1975. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>.

Acessado em: 17 de agosto de 2023.

BACHELARD, G. **A Poética do Devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como arte estética**. Editora Gustavo Gili. Versão digital Kindle, p184, 2014.

Carta de Veneza. **IPHAN**. 1964. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acessado em: 17 de agosto de 2023.

Carta de Washington. **IPHAN**. 1986. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>. Acessado em: 17 de agosto de 2023.

CHAVES, O.R. Império português: o marco de Jauru e a povoação fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, século XVIII.

In: Chaves, Otávio Ribeiro. Arruda, Elmar Figueredo de. **História e Memória Cáceres**. Editora Unemat, 2011, p. 11-35.

DURAND, Gilbert. **Le Décor Mythique de la Chartreuse de Parme: les structure figuratives du roman sthendalien**.

Paris: José Corti, 1990.

HUSKINSON, Lucy. **Arquitetura e Psique: um estudo psicanalítico de como os edifícios impactam nossas vidas**. São Paulo: Perspectiva 2021

KISH, Wilson. **Em 100 anos, os principais fatos da história da construção da Catedral São Luiz**. Disponível em: <http://www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=12622>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

MATOS, Alex de. **Templos secretos arquitetura e sagrada das igrejas neogóticas de Mato Grosso**. Editora do autor. Cuiabá, 2012.

MONTECCHI, A. F.; MONTECCHI, I. A. D. Anjo da Ventura: a cidade e o espelho. In: Chaves, Otávio Ribeiro. Arruda, Elmar Figueredo de. **História e Memória Cáceres**. Editora Unemat, 2011, pp.147-173.

MORAES, M.de F.M.L. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste 1778-1801**. 141f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2003

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na história: suas origens—transformações e perspectivas**. 1998.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Secretaria do Estado de Educação. Cuiabá, 2001.

IBGE. **Cáceres**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/caceres.html>. Acessado em: 17 de agosto de 2023.